

- Observatório de Política Externa Brasileira -

Nº 84

17/02/06 a 23/02/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck (redator responsável), Maria Paula de Barros Cantusio.

Amorim declarou-se satisfeito com desfecho de eleições haitianas

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, declarou-se satisfeito com a decisão do Conselho Eleitoral Provisório (CEP) do Haiti de considerar René Préval como presidente, no dia 16 de fevereiro, após denúncias de fraude no processo eleitoral. Para o chanceler, a determinação coube somente ao povo haitiano e o Brasil, assim como a comunidade internacional, apenas colaborou com a mesma. Amorim também declarou que descarta a possibilidade de retirada, em curto prazo, das tropas brasileiras que integram a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti. No final do mês, o Brasil realizará um evento em sua embaixada em Washington com representantes de diversos países para buscar recursos e investimentos para o país caribenho. Entretanto, a União Européia já declarou que não irá aumentar os recursos que envia ao Haiti, por achar que já enviou muitos recursos em um curto espaço de tempo e por estar insegura em relação aos acontecimentos que estão por vir por conta da eleição de Préval. (Folha de S. Paulo – Mundo – 17/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 21/02/06; O Globo – O mundo – 17/02/06).

Amorim defendeu que discussões na OMC centrem-se em agricultura

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, defendeu que as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) devam concentrar-se nos subsídios agrícolas. Segundo Amorim, a maior desigualdade no comércio mundial dá-se, hoje, através de tal prática. A declaração do chanceler deu-se no dia 16 de fevereiro e deveu-se ao envio de um documento à OMC pelo governo americano no qual os EUA defendem a ampliação da lista de subsídios proibidos no setor industrial. No dia seguinte, o presidente da organização, Pascal Lamy, por sua vez, declarou acreditar que as conversações para o avanço de Doha devem avançar de imediato, uma vez que todos os países envolvidos sabem o que deve ser feito e onde devem ceder. A proposta do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

da Silva, de realizar uma reunião de cúpula para tentar avançar nas negociações de Doha foi descartada por Lamy, no dia 21 de fevereiro. O presidente da OMC afirmou que este não seria o momento adequado para tal evento, uma vez que para ele o que falta ser negociado são apenas questões pontuais. Lamy criticou ainda a proposta de estabelecer-se votações para as decisões do organismo ao invés do consenso, afirmando que acreditar que a última seja mais democrática que a primeira. O presidente brasileiro havia defendido tal proposta quando de sua visita à África. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 17/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 18/02/06; Estado – Economia – 22/02/06).

Brasil entrou em contencioso entre UE e EUA na OMC

O Brasil entrou como terceira parte no contencioso aberto pela União Européia (EU) contra os EUA por causa dos subsídios americanos à fabricante de aviões Boeing. Ambas as partes da disputa acusam-se mutuamente por subsídios dados a fabricação de aeronaves, além da que deu ensejo ao processo levantado pelos europeus, os EUA acusam UE de adotar a mesma prática com a Airbus. O Brasil decidiu entrar no contencioso devido as exportações da Embraer e dos conflitos que a mesma teve a pouco tempo com a canadense Bombardier pelo mesmo assunto. (O Estado de S. Paulo – Economia – 18/02/06).

OMC definiu prazo para UE diminuir tarifa sobre o frango brasileiro

A Organização Mundial do Comércio (OMC) decidiu, no dia 19 de fevereiro, dar um prazo de quatro meses para que a União européia (UE) reduza suas tarifas de importação do frango congelado e desossado proveniente do Brasil e da Tailândia. Brasileiros e tailandeses entraram com ação contra os europeus em 2003 devido ao aumento da tarifa de importação do produto de 15,4% para 70%. Em 2005, os árbitros da OMC consideraram as tarifas ilegais e exigiram que fossem diminuídas até março de 2006. Os estados da UE, entretanto, queriam que o prazo se estendesse até 2007. Agora, caso não cumpram a decisão da organização poderão ser retaliados. O porta-voz europeu, Fabian Delcros, adiantou-se, dizendo que o prazo será cumprido. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/02/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 21/02/06).

MP vai processar oficiais britânicos por ocultar informações no caso de Jean Charles



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Agentes da polícia britânica serão processados pelo Ministério Público do Brasil por terem alterado provas importantes depois de matar o brasileiro Jean Charles de Menezes ao confundi-lo com um terrorista suicida, no metrô de Londres, em julho de 2005. Os oficiais da vigilância do metrô tentaram ocultar que reconheceram que Jean não era quem procuravam antes mesmo dele ser baleado. A Comissão Independente de Reclamações sobre a Polícia da Inglaterra (IPCC) descobriu que o relatório foi alterado de maneira a entender que o brasileiro não havia sido identificado antes de ser morto. Dessa maneira, a responsabilidade pelo crime só recairia sobre os policiais que atiraram. (O Globo – O Mundo – 20/02/06).

Pedido de clemência por Archer foi negado mas poderá haver novo julgamento

Depois de ser negado o segundo pedido de clemência do Brasil ao governo indonésio pela vida de Marco Archer Moreira, o brasileiro condenado à morte na Indonésia por tráfico de cocaína, apareceu uma nova saída. O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) declarou, no dia 20 de fevereiro, que há a possibilidade de um novo julgamento nos tribunais indonésios. Com a reabertura do caso, Archer poderá ser representado por advogados internacionais, ao contrário do primeiro julgamento, onde profissionais da Indonésia o defenderam. Como a possibilidade do novo julgamento não foi confirmada pelo governo de Jacarta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá vir a enviar um terceiro pedido de clemência ao presidente Susilo Bambang Yudhoyono. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 21/02/06; O Globo – O País – 20/02/06).

Brasil e Argentina assinaram acordo na área de saúde

Os governo brasileiro e argentino firmaram uma parceria para a construção de uma fábrica de kits de diagnósticos de doenças como leishmaniose e mal de Chagas, pelas quais os laboratórios privados têm pouco interesse. O acordo foi feito pela Fundação Oswaldo Cruz, do Brasil, e a Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde, da Argentina. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 21/02/06).

Brasil será levado à OEA por impunidade no caso do massacre do Carandiru

A organização não governamental (ONG) internacional, Human Rights Watch (WRH), fará uma representação à Comissão Internacional dos Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), contra o Brasil. A ong classificou como incompreensível a absolvição do coronel e deputado estadual Ubiratan Guimarães, responsável pela ação de 1992 no complexo presidiário do Carandiru, em São Paulo, que culminou na morte de 111 detentos. Para o diretor



da entidade, o advogado chileno José Miguel Vivanco, a impunidade de Ubiratan representa um embaraço internacional para o governo brasileiro. Em 2000, a CIDH, à pedido da WRH e de outras ong's internacionais, divulgou um relatório sobre o massacre do Carandiru, no qual caracterizou-o como uma violação do Brasil sob a Convenção Interamericana de Direitos Humanos e pediu a punição dos responsáveis. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/02/06).

Autoridades de Brasil e Rússia discutiram suspeita de suborno na exportação de carne brasileira

O governo da Rússia declarou, no dia 19 de fevereiro, que deveria rever os embargos impostos sobre a carne brasileira depois do aparecimento da febre aftosa no país em outubro de 2005. No dia 20, o embaixador da Rússia no Brasil, Vladimir Tyurdenev, declarou que a importação da carne brasileira só seria liberada depois que as autoridades russas tivessem certeza de que os focos estivessem sob controle no país. Entretanto, horas depois, foi confirmado o aparecimento de mais seis animais infectados pela doença em fazendas paranaenses. A declaração de Tyurdenev foi feita por ocasião de uma reunião com o ministro da agricultura, Roberto Rodrigues, para discutir sobre as suspeitas de suborno a funcionários russos por parte de exportadores brasileiros para furar o embargo por conta da aftosa. Ambos disseram não acreditar nas denúncias. Rodrigues declarou ter enviado uma carta ao ministro de Defesa Agropecuária, Gabriel Alves Macedo, questionando a prorrogação até 23 de fevereiro do prazo para a suspensão da emissão de certificados autorizando embarques de carnes para a Rússia. A ordem de Rodrigues era para que a suspensão se desse no dia 08 de março, mas o mesmo recuou da após avaliar a decisão do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal de continuar emitindo as autoridades até o dia 23 de fevereiro. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 20/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 21/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/02/06).

Russos aprovaram experimentos brasileiros que serão enviados ao espaço

A Agência Espacial Russa aprovou oito dos nove experimentos previamente selecionados pela Agência Espacial Brasileira para que sejam levados ao espaço pelo astronauta Marcos César Pontes. Os experimentos serão enviados à Rússia para mais uma bateria de testes. A viagem do brasileiro à Estação Espacial Internacional, marcada para o dia 30 de março, durará 8 dias e é parte de um acordo de cooperação bilateral entre Brasil e Rússia na área espacial. (Folha de S. Paulo – Ciência – 18/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/02/06; O Globo – Ciência – 18/02/06).



Cinco novos países passaram a integrar projeto de gasoduto do Cone Sul

O ministro das Minas e Energia brasileiro, Silas Rondeau, informou que mais cinco países participarão do comitê de estudos para a implementação do projeto do gasoduto do Cone Sul. Bolívia, Peru, Chile, Paraguai e Uruguai, passarão a integrar o projeto que conta com Brasil, Argentina e Venezuela. A intenção é construir um gasoduto de 9 mil quilômetros entre a Venezuela e a Argentina, atravessando o Brasil. Até 07 de julho o comitê multilateral de estudo deverá entregar um relatório completo detalhando o projeto. (O Estado de S. Paulo – Economia – 18/02/06).

Venezuela embargou carne brasileira

A Venezuela limitou a importação de carnes de regiões brasileiras onde foram verificados focos de febre aftosa. As restrições aplicam-se aos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Além do Brasil, o governo venezuelano aplicou restrições à entrada de carne proveniente da Argentina no país. (O Globo – Economia – 19/02/06).

Parlamentar iraniano visitou o Brasil

O presidente do parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad Adel, visitou o Brasil onde buscou apoio do país ao Irã na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Em palestra proferida em Brasília, o iraniano tentou defender posições de seu país. Adel encontrou-se com o presidente da Câmara dos deputados, Aldo Rebelo, de quem ouviu que o programa nuclear brasileiro tem fins pacíficos. O Brasil, membro da Junta de Governadores da AIEA, votou a favor do envio de uma resolução informativa sobre o caso irão ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/02/06; O Globo – O Mundo – 23/02/06).

Brasil e negociaram acordo automotivo

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) brasileira discutiu a prorrogação do Acordo Automotivo entre Brasil e Argentina, no dia 22 de fevereiro. Tal acordo, se concretizado, livrará as montadoras de pagar nove bilhões de reais que a Receita Federal deixou de cobrar entre 2001 e 2005. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/02/06).